



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

Iana Torres Ferreira da Costa

Higiene e Educação da Infância no Rio de Janeiro no início do século XX.

São Gonçalo,
2014.

Iana Torres Ferreira da Costa

Higiene e Educação da Infância no Rio de Janeiro no início do século XX.

Monografia apresentada no curso de graduação em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Faculdade de Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Camara.

São Gonçalo,
2014.

Iana Torres Ferreira da Costa

Higiene e Educação da Infância no Rio de Janeiro no início do século XX.

Monografia apresentada no curso de graduação em Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/ Faculdade de Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovado em:
Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Sônia Camara (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores da UERJ

Jorge Antonio Rangel (Parecerista)
Faculdade de Formação de Professores da UERJ

São Gonçalo,
2014.

Dedicatória

*Dedico esse trabalho a todos as personagens apagados e silenciados
pela história dos heróis e vencedores...*

Agradecimentos

Primeiro de tudo tenho que agradecer a minha família, aos meus pais e a meu irmão, Rosangela e José Henrique e Gabriel, por hoje eu ser o que sou, que sem eles eu jamais poderia estar escrevendo essas palavras. Obrigada aos meus pais por deixarem me dedicar somente aos estudos, por me apoiarem nos momentos mais precisos e por vezes por me deixarem errar. À minha mãe por sempre me incentivar, mesmo que nem sempre estando de acordo com minhas decisões. Ao meu pai pelo exemplo de honestidade e dignidade traçado pela vida. E ao meu irmão Gabriel, por me mostrar (mesmo que sem perceber) que não devemos levar a vida tão a sério, mas sempre levá-la a diante.

À minha orientadora e mãe acadêmica, Sônia Camara, pela paciência, dedicação e carinho sem fim durante os três anos que ela me acolheu em seu grupo de pesquisa. Sem ela esse trabalho jamais teria saído, e eu não teria crescido da forma que cresci no âmbito acadêmico, profissional e pessoal com suas orientações, elogios e cobranças.

Ao meu companheiro Fabiano Alves, que me apoiou, abrigou e encorajou em todos os momentos que precisei. Obrigada pela paciência em meus momentos de tristezas sem fim e nas euforias acadêmicas. Você foi, e é, o meu céu e meu chão. Obrigada por estar sempre caminhando ao meu lado, secando minhas lágrimas, cuidando do meu jantar, do céu e do mar e de você e de mim.

As minhas avós Una (*in memoriam*) e Teresa por me ensinarem o que é ter e sentir amor incondicional.

Ao Prof^o Dr^o Jorge Rangel (Fidel) por me ajudar sempre que solicitado, e sempre ser o nosso “consultor monográfico”. Muito obrigada por suas risadas, foram cruciais nessa jornada.

A todos os parceiros do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI), mas em especial para as minhas companheiras e amigas Erica, Irla, Rafaella e Maria Elane por me

acompanharem e dividirem tantos momentos de alegrias, tristezas, euforias, irritações e principalmente dos momentos de grandes gargalhadas e parceria, pois foram esses momentos que fizeram com que o caminho trilhado até aqui, fosse melhor.

As minhas primeiras parceiras nessa jornada, a turma 2008/2, Andressa, Alyne, Evelyn, Hannah, Juliana Junqueira, Juliana Ribeiro, Maria Emilia, Nathalia, Tatiana e Valéria. Obrigada por tudo, essa história não estaria completa sem vocês.

“Gente simples, fazendo coisas pequenas, em lugares pouco importantes, conseguem mudanças extraordinárias.”

Provérbio africano - Dom

Moacyr Grechi.

Resumo

Este trabalho de monografia busca investigar como o pensamento higienista interviu nas práticas educativas a serem adotadas nas escolas do Rio de Janeiro no início do século XX. Nesse contexto, a medicina procurou alargar seu domínio em diferentes sentidos, alcançando as escolas na propagação de um discurso civilizador à nação brasileira. O século XX chega com a República e, com ela a promessa de instituir, por um lado, uma maior participação popular na vida pública e, por outro lado, estabelecer um projeto de modernização que rompesse com o atraso e promovesse a civilização e o progresso. A medicina aliada da educação pretendia instituir as bases para a promoção da nação tal se se pretendia a intelectualidade republicana.

Palavras chave: República, educação, higiene; infância.

Índice de Imagens

Imagem 1: Pereira Passos.....	p.18
Imagem 2: Rodrigues Alves.....	p.18
Imagem 3: Jornal da Época.....	p.21
Imagem 4: Cartazes contra o consumo de álcool.....	p.41

Sumário

Introdução.....	p.11
Capítulo I – A cidade insalubre sob à luz do progresso.....	p.14
1.1 O contexto histórico do Rio de Janeiro no início do século XX.....	p.14
1.2 Higiene da cidade: Ações reguladoras.....	p.19
Capítulo II - Higienismo e educação da infância.....	p.26
2.1 A infância, “educar para progredir”	p.26
2.2 A escola higiênica como ferramenta da civilização.....	p.30
Capítulo III – Higiene e Educação em teses médicas do século XX.....	p.35
3.1 A Higiene escolar na visão do Dr. Joaquim Sergio de Barros.....	p.35
3.2 <i>Da educação sob ponto de vista da hygiene pedagógica</i> da Dr. Maria da Gloria Fernandes.....	p.42
Considerações Finais.....	p.49
Referências Bibliográficas.....	p.50

Introdução

Este trabalho é resultado de um interesse que carrego desde a época de escola, pela História, em especial pela História do Brasil. Quando cheguei ao Ensino médio meu fascínio pela Primeira República, com suas reformas e revoluções, foi inexplicável e então a carreguei até a faculdade. Durante os dois primeiros semestres do curso tive o contato com as disciplinas de História da Educação I e II, onde pude entrar em assuntos que a história abordava, mas com enfoque na Educação, foi ai então que meu encantamento pela Primeira República pode se aliar com a História da Educação. Quando em 2011, começo a participar como bolsista de Iniciação Científica FAPERJ no projeto de pesquisa “Por uma Cruzada Civilizatória: educação, assistência e proteção à infância no Rio de Janeiro de 1890 a 1940.” sob a orientação da Professora Dr^a Sônia Camara, meus interesses então se transformaram em objeto de pesquisa, aliando à higiene e a história da educação.

A partir do meu ingresso no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em História da Educação e Infância (NIPHEI) passei a perceber a relação entre a higiene e a escola nos primeiros anos da Primeira República e que isso modificaria as relações não só escolares, mas de um pensamento vigente da na época.

Procurar investigar como o pensamento higienista interviu nas práticas educativas das escolas do Rio de Janeiro no início do século XX, dentro de tantos questionamentos que fazemos nas reuniões semanais do grupo de pesquisa. A cidade do Rio de Janeiro era cenário de efervescência política e social nos primeiros anos do século XX, e é esse cenário que serve de fundo para as mudanças da escola carioca, e que carrega esses traços até os dias atuais.

Hoje é comum vermos assuntos relacionados à higiene sendo tratados na escola, como: higiene bucal, higiene pessoal, campanhas de prevenção de doenças e etc. Mas se começarmos a observar como e com que intuito a higiene foi “adotada” pelas escolas, veremos um discurso eugenista,

regenerador dos males e higienizadora das condutas e comportamentos direcionado à infância desde o início do século XX.

A transição do Império para a República advinda com a mudança de regime político e significou a possibilidade de a população participar das atividades políticas vigentes. O projeto educacional nos primeiros anos da República ambicionava a formação da população sob à luz da ciência, dos valores morais e da civilização. A questão da salubridade levantada pelos médicos, desde o final do século XIX, se uniu ao interesse de um Estado ainda agrário, ambicionando modernizar o país, e afetar não só seu espaço urbano, mas também os modos e os costumes da população. A medicina se impõe como instância capaz de combater as epidemias como a febre amarela, a peste bubônica, a tuberculose, a varíola e outros focos de infecção. Sozinho o Estado não tinha instrumentos para combater o caos sanitário e os altos índices de mortalidade da população.

Pelos fichamentos e análises realizadas a partir de teses médicas, possibilitamos entender e contextualizar o movimento higienista que se instaurou nas escolas republicanas e nas práticas educativas vigentes na época.

Neste trabalho pretendi elaborar uma pesquisa histórica levando em consideração as indicações trazidas por Marc Bloch (2001) e Peter Burke (1990) no trabalho com as fontes documentais. Com esses referenciais pude refletir sobre a importância de um trabalho dedicado em trazer novos sujeitos e novas interpretações acerca dos objetos de pesquisa; definições fundamentais quanto a construção do trabalho científico, bem como a construção de um olhar atento às fontes e indícios deixados nas entrelinhas e o viés metodológico que toda pesquisa em história da educação deve contemplar.

Bloch nos faz entender que nenhum documento se transformará em fonte se não tivermos um olhar atento que o construa. E, ainda, que todo fato histórico é uma construção a partir de um momento presente em direção ao passado eleito para se constituir como objeto de análise histórica (2001, p. 19).

É neste sentido que buscamos entender a intervenção médica na educação, e que educação era essa buscada no cenário republicano da época.

Dado isso, este presente trabalho se dividirá em três capítulos. No primeiro capítulo: **A cidade insalubre sob a luz do progresso**, tentarei desenvolver uma análise sobre o cenário no qual o Rio de Janeiro se encontrava na virada do século, buscamos mostrar as transformações ocorridas nas esferas sociais, culturais e urbanas que se realizaram na Capital Federal e como a higiene começa, de forma mais incisiva, a modificar o cotidiano das pessoas com suas ações reguladoras no espaço e na morada da população.

No segundo capítulo: **Higienismo e a educação da infância**, o foco é a higiene na escola, como uma forma de regeneração e de progresso da população. Analisaremos o modo pelo qual a escola higiênica é identificada como uma das principais ferramentas para a civilização da população da República.

E no terceiro e último capítulo: **Higiene e Educação nas teses médicas do século XX**, iremos analisar os discursos profiláticos sobre a higiene escolar em duas teses médicas selecionadas a partir de idas ao Centro de Ciências da Saúde (CCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A primeira, “*Hygiene Escolar*” defendida no ano de 1903 pelo Dr. Joaquim Sergio de Barros natural de Minas Gerais, que na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, se formou em Farmácia. Na Tese, busca discorrer sobre aspectos que eram levados em conta para a saúde escolar como um todo como o prédio escolar, a escolha das mobílias adequadas aos alunos, o papel do aluno e do professor, etc. A segunda é a Tese - “*Da educação sob ponto de vista da hygiene pedagógica*” - do ano de 1903, de Maria da Gloria Fernandes, onde apresenta os conceito de educação, desde a Grécia antiga até os tempos da República, refletindo sobre qual é a função da família nuclear na educação das crianças. Trazendo grande destaque a educação da mulher, como esposa e mãe, até chegar à educação na escola em si.

Capítulo I

A cidade insalubre sob à luz do progresso

1.1 O contexto histórico do Rio de Janeiro no início do século XX.

Desde a segunda metade do século XIX, O Brasil vinha sofrendo transformações, que chegaram ao seu ápice nos primeiros anos do século XX. A crise do sistema escravista, em 1850, com a instauração da Lei Eusébio de Queirós, proibia o tráfico de escravos para o Brasil e, fez com que muitos aspectos da estrutura social brasileira, principalmente a carioca, tenha sofrido mudanças. No entanto, a mais drástica modificação da economia adveio com a Abolição da escravidão, em 1888, e a substituição da mão de obra escrava em livre e assalariada. Na política, o regime monárquico deu lugar à República e no mundo das ideias, cada vez mais as correntes de pensamentos exteriores vão se adequando ao modo brasileiro de pensar e viver do país.

Em todo o processo civilizador, o impulso foi europeu; Paris, o modelo a seguir. O Frances tornou-se a língua pela qual se escreveu a modernidade. Os costumes franceses transformaram-se nos símbolos principais de um novo viver: imagens emblemáticas do comportamento social desejado. O delírio por Paris marcou a época. Comportar-se a parisiense tornou-se a representação da nova era. Dos costumes as construções, dos lazeres ao vestuário, o chique era voltar às costas ao passado, ao peso das influencias portuguesa e africana, para suspirar pela cidade-luz (MENEZES, 2002, p. s/i).

Apesar de todas essas mudanças a República não conseguiu promover a tão sonhada igualdade, marco crucial da modernidade. A cidadania plena não foi alcançada, visto que os trabalhadores não se viam como cidadãos legítimos, até porque muitos realmente não conseguiam ser. A República elimina o voto censitário, mas continua excluindo os analfabetos, as mulheres e os estrangeiros não naturalizados, com isso somente 20% da população carioca

se torna apta a votar. Para, além disso, é importante destacar que nem todos dos 20% aptos a votar, votavam, já que muitos eram descrentes do seu poder de decisão. Segundo a interpretação de José Murilo de Carvalho (1987), além da descrença, a população carioca tinha que lidar com as fraudes escandalosas e com o perigo dos capoeiras contratados para garantir o sucesso das eleições. Levando em conta todo esse cenário, a população pobre não tinha direito de exercer a sua cidadania.

O Rio de Janeiro era a maior cidade do país, capital política e cultural no início da Primeira República. A mudança do regime político trouxe diversas implicações para a cidade, envolvendo o crescimento populacional que quase dobrou entre 1872 a 1890, passando de 266 mil para 522 mil. A capital atraía trabalhadores em busca de uma melhor oportunidade de emprego, mas o mercado não absorvia toda essa mão de obra, que vinha dos recém-libertos e especialmente da imigração estrangeira, nacional. Só no ano de 1891 entraram 166.321 imigrantes no país. A abolição lançou os ex-escravos para engrossar a quantidade de pessoas em ocupações mal remuneradas, a chamada “classe perigosa”, que além dos libertos eram os ladrões, prostitutas, ciganos, trapeiros, engraxates, malandros, bicheiros e etc. (DAMAZIO, 1996).

Consequência do rápido crescimento populacional foi o acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas ou sem ocupação fixa. Domésticos, jornaleiros, trabalhadores em ocupações mal definidas chegavam a mais de 100 mil pessoas em 1890 e a mais de 200 mil em 1906 e viviam nas tênues fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade, às vezes participando simultaneamente de ambas (CARVALHO, 1987, p.17).

Para essa nova lógica de mercado de trabalho que surgia na capital federal, as pessoas brigavam por sua sobrevivência. Os vendedores ambulantes, com e sem licença para trabalhar, atendiam em sua maioria às classes populares, já que eles estavam mais de acordo com o baixo poder aquisitivo dessa população do que os comerciantes das lojas de rua. Durante os primeiros anos do século passado o Estado tentou intervir no sistema econômico exigindo o licenciamento e fazendo fiscalizações desses ambulantes, no entanto não conseguiu ser pleno como Sylvia Damazio diz: “Seu êxito, contudo, foi relativo, já que muitos vendedores ambulantes e

artesãos continuaram exercer suas atividades sem a respectiva licença” (1996, p.13).

O aumento populacional e comercial da cidade foi acompanhado passo-a-passo pela ocupação territorial, seguindo a criação de novos bairros o que determinou uma nova configuração da cidade.

O centro da cidade era a Candelária, onde se localizavam o Paço Imperial, as repartições públicas e as residências da elite dirigente, estabelecidas nas ruas próximas. São José compreendia as ruas dos Inválidos, Marrecas, Lavradio, Resende, entre outras, a atual Lapa, a Glória e adjacências. Sacramento era constituída pela Praça da Lampadosa – hoje Tiradentes -, e várias ruas próximas, das quais, hoje em dia, a da Carioca, Luís de Camões, Gonçalves Ledo e a Sete de Setembro. Santa Rita começava nas ruas do Acre, Senador Pompeu, São Joaquim – Estreita e Larga – onde, mais tarde, foi construído o Colégio Pedro II, estendendo-se até à atual zona portuária, onde se localizavam estaleiros, trapiches e as casa de comércio do café. Santana, assim como Santa Rita concentrava camadas da população de baixa renda, distribuídas pelas ruas adjacentes ao grande campo que passou a denominar-se da Aclamação, depois, da República, sem deixar de ser conhecido como Campo de Santana (DAMAZIO, 1996, p. 18).

Conforme a população se amontoava na região central da cidade, a aristocracia se conduzia para as casas pomposas nos bairros da Glória, do Catete, das Laranjeiras e de Botafogo.

O Decreto nº 434, de 1º de junho de 1903 determinou a divisão do território do Rio de Janeiro em zona urbana (constituída por 18 distritos) e em zona suburbana (com sete distritos). O aumento da população e a expansão territorial foram as principais motivadoras dessa mudança. Nesse processo de adensamento urbano os meios de transportes, em especial os bondes, foram os agentes fortalecedores da urbanização, uma vez que tanto a zona sul carioca, quanto a zona norte, devem sua expansão as linhas de bondes puxadas a burro. Este processo de ampliação, contudo, colaborou não só para a expansão do tecido urbano, mas também para que o centro do Rio de Janeiro ficasse livre para a implantação do foco comercial e de negócios cariocas.

Com a revitalização do Rio de Janeiro, principalmente do centro da cidade, cresceu também a violência, as doenças, a miséria e ficaram cada dia mais evidentes as desigualdades sociais que mostrava para o mundo o atraso

do país. Intelectuais médicos, juristas, educadores se uniram para intervir na sociedade. E esses, tiveram um papel crucial na ação intervencionista na Capital, pelas transformações que desejavam adotar. Os “higienistas foram os primeiros a formular um discurso articulador sobre as condições de vida no Rio de Janeiro, propondo intervenções mais ou menos drásticas para restaurar o equilíbrio do “organismo” urbano.” (BENCHIMOL, 2011, p. 239).

Tendo em vista que um país moderno é um país que prima pela limpeza e a ordem, presidentes, prefeitos, autoridades e intelectuais da época, impregnados dos princípios morais e higiênicos, tomaram para si a tarefa da construção da nação civilizada. Um exemplo dessa empreitada foi o governo do Prefeito Pereira Passos, nomeado pelo Presidente Rodrigues Alves, entre os anos de 1903 a 1906 para comandar a Prefeitura do Distrito Federal. Pereira Passos ficou conhecido pelo projeto “Bota baixo”, pela “limpeza” do centro da cidade e, pela operação que pretendeu extinguir os cortiços e as moradias conjuntas da cidade velha.

Vertigem e aceleração do tempo. Esta seria, sem dúvida, a sensação mais forte experimentada pelos homens e mulheres que viviam ou circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. [...] Tudo parecia mudar em ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as ideias e as práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas (NEVES, 2003, p.15).

O centro da cidade chega ao século XX conhecida por seus ares insalubres, o que prejudicava a imagem que era projetada no cenário internacional, comprometendo a política de imigração considerada vital para os setores cafeicultores e industriais que empregavam a mão de obra estrangeira, afetando assim a economia. O Presidente Rodrigues Alves (1902 – 1906), que havia perdido uma filha vitimada pela febre amarela, baseia seu programa de governo na mudança da imagem do Brasil no exterior. Centrado principalmente na porta de entrada do país, o Rio de Janeiro. O programa tinha como metas a melhoria do porto, a reforma e o embelezamento da cidade, o combate às epidemias e o projeto de civilizar sua população pela educação.

O primeiro plano urbanístico para o Rio de Janeiro foi elaborado entre duas epidemias muito violentas (1873 e 1876), e por causa da estabilidade

político-econômica, a alcançada no governo Campos Sales, Rodrigues Alves pôde promover, entre 1903 e 1906, o ambicioso programa de renovação urbana da capital. Com a reforma, houve intensa valorização da área central da cidade, determinante na expulsão da população pobre ali concentrada. Cerca de 1.600 prédios residenciais foram demolidos. Boa parte da imensa massa atingida pela remodelação permaneceu no centro, em becos e vielas, pois a Zona Norte e os subúrbios, apesar do rápido crescimento, não constituíam alternativa de moradia para os que sobreviviam de biscates ou recebiam diárias baixíssimas.

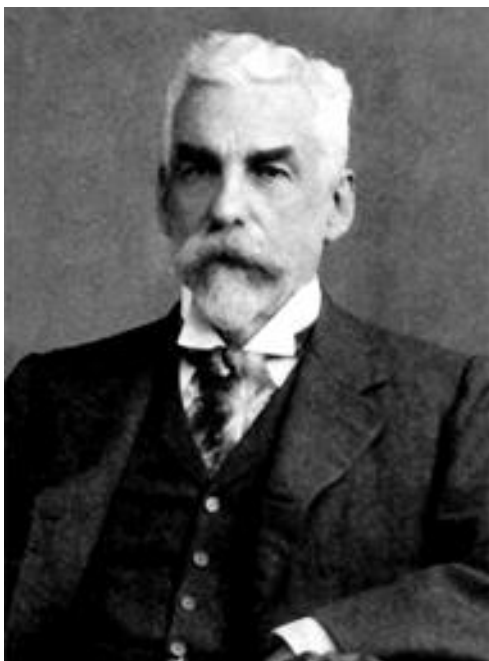


Imagem 01: Pereira Passos. Fonte: Wikipédia.



Imagem 02: Rodrigues Alves. Fonte: Wikipédia

A virada republicana ocorreu justamente num contexto da tomada das ruas por uma população que não parava de crescer e que se concentrava em habitações coletivas, sem conforto e mal ventiladas, ou que, muitas vezes, fora do mercado formal de trabalho, transformava as vias públicas em casa. Deste modo, a chegada da civilização representou a imposição da vigilância e da disciplina, marcando a definição do espaço público como um espaço político ostensivamente policiado e da privatização da vida como um dos maiores valores dos novos tempos.

Por sua grande importância, a capital, espelharia com maior intensidade todas as mudanças socioeconômicas que buscava instituir para o progresso do país. A cidade chega ao fim do século XIX com sérios problemas de saúde pública e é diante dessas condições precárias de saúde pública que a medicina começa a ganhar forte poder de intervenção na sociedade.

1.2 Higiene da cidade: Ações reguladoras.

Percorrer a cidade, àquela época significava a possibilidade de se confrontar com a miséria e com a carência dos serviços públicos fundamentais, aspectos que reforçavam as ideias de demolição do que era arcaico e de instauração do moderno. No que se refere às iniciativas destinadas a atuar sobre a cidade, arregimentaram-se ações de normatização e de moralização dos espaços e da circulação da população, municiadas por mecanismos e instrumentos racionais, científicos, previsíveis. Fracionando a cidade entre o “mundo da ciência”, representado pela elite, e o “mundo da vida” dos segmentos populares – ordem e desordem, os reformadores sociais visaram a justificar políticas excludentes como aporias destinadas a levar ao planejamento e à regeneração da cidade e, por conseguinte, da sociedade (CAMARA, 2010, p. 77).

A medicina chega ao final do século XIX, e início do século XX, legitimando-se por meio de novos conhecimentos científicos, que davam aos discursos médicos diferentes bases de fundamentação. Vista como a profissão que vislumbrava os problemas encontrados na vida cotidiana, para além do corpo doente, a medicina SE considerou capaz de reinterpretação e a ciência médica alcançou maior poder na sociedade atingindo o processo reconhecido como medicalização.

O discurso sanitarista que predominava no início do século passado, era então a promessa de modernização do país pela higiene e pela educação do povo, convencendo assim o Estado a agir de uma forma mais objetiva na “salvação” da população insalubre e não escolarizada. Desta forma o governo pretendia intervir sobre a população na proibição de costumes desde o ato de cuspir no chão ao cuidado com a pintura das fachadas dos prédios da cidade. A polícia aparece como “mão” do Estado para realizar as ações reguladoras, muitas das vezes arbitrariamente, com a justificativa de tornar a cidade higiênica e segura. Os sinais dos novos tempos se fizeram presentes no dia-a-dia das demolições, na abertura de ruas e avenidas, na criação de novos espaços de lazer, na busca da ordem e no combate as epidemias. A saúde do

cidadão e da cidade passou a ser tratada como responsabilidade do poder público. As condições de vida e de saúde dos indivíduos deixava de ser um problema privado para ser um problema social. “O Estado aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas” (COSTA, 2004, p. 28).

O movimento higienista, que foi além do meio médico, penetrou em toda a sociedade brasileira, e se juntou a alguns intelectuais como pedagogos, arquitetos/urbanistas e juristas, dentre outros. A elite científica estava convencida que era sua “missão patriótica” a construção de uma Nação moderna e suas propostas se alicerçam em medidas que devem promover o saneamento moral do país. A “degradação moral” era constantemente associada à pobreza e vista como uma epidemia que se deve tentar evitar.

Portanto, para construir uma Nação era necessário que toda a sociedade participasse dessa “cruzada saneadora e civilizatória” contra o mal que se encontrava na pobreza. Esse movimento deveria atravessar os mais diferentes setores da sociedade, redefinindo os papéis que desempenhavam a criança, o jovem, a mulher, a cidade e os segmentos pobres. A Medicina passa a ordenar o modelo ideal de família nuclear burguesa. Donos da ciência, os médicos tomam para si a tutela das famílias, indicando e orientando como todos devem comportar-se, morar, comer, dormir, trabalhar, viver e morrer.

Desde o período colonial a medicina vinha intervindo na sociedade brasileira. A população tinha outra percepção do que era a saúde e a doença, muitas vezes, associando-as à espiritualidade e à magia, sem muita ligação com aspectos biológicos e sanitários. A medicina popular que era feita por índios, africanos e mestiços era dominada pela prática curativa e, portanto era combatida desde a colônia, especialmente, pela Igreja Católica.

De acordo com o projeto metropolitano, a “medicina da alma” deveria ser ministrada por padres, integrantes do clero secular ou das ordens religiosas, e se dirigir à limpeza e expiação dos elementos nocivos e diabólicos, enquanto aos físicos (como eram chamados os clínicos da época), cirurgiões e boticários caberia empregar seus conhecimentos e habilidades para trazer alento aos sofrimentos do corpo e melhorar as condições gerais de salubridade (EDLER, 2010, p. 25).

O novo estilo de vida da população da capital federal demandava mudanças estruturais e sociais para atender, as novas condições de vida da cidade. O crescimento desenfreado da cidade trouxe também consequências higiênicas, a vista que, a princípio era permitido aos moradores construir casas onde bem entendessem sem preocupação estética ou higiênica. A formação de novos bairros era concentrada na área central da cidade onde paralelamente também crescia o comércio de pequeno e grande porte. Antigos problemas como abastecimento de água e saneamento foram se agravando de forma drástica, e todos os anos as epidemias, principalmente entre a população pobre, iam aumentando os índices de mortalidade.

O processo de urbanização e o crescimento populacional, aliados a ausência de infraestrutura básica, de legislação e de conhecimentos adequados, agravavam os problemas resultantes das reduzidas condições de higiene observadas nas cidades da velha colônia portuguesa (PONTE, 2010, p.49).



Pereira Passos manda demolir o Rio colonial

03/01 - Com a posse do prefeito Pereira Passos, ficou claro que o Rio de Janeiro deixará de ser uma cidade fétida e assolada pelas doenças. No lugar de cemitério de europeus, apelido nada lisonjeiro que a capital da República ganhou, a cidade renascera como o mais grandioso exemplo da belle époque tropical. Em vez das imundas vias coloniais e dos cortiços, onde se acumulam doenças, a prefeitura planeja ruas e avenidas largas, onde serão construídas edificações dignas da mais fina arquitetura europeia. No lugar de terrenos, que só servem de depósito de lixo, praças arborizadas. Para tornar realidade o sonho de uma capital da República civi-

lizada, a prefeitura já começa, literalmente, a botar abaixo todos os obstáculos. Os imóveis no caminho planejado para a obra já foram ou serão demolidos. Aos proprietários que amassarem com um aviso de desapropriação penhorado na porta principal de seu imóvel, só resta sair o mais rapidamente possível de casa, pois a prefeitura dá apenas alguns dias para que a mudança seja feita. Ao todo, 1.800 operários estão encarregados de demolir 640 imóveis. Pobres, os moradores dos cortiços só têm como opção de moradia juntar-se aos soldados viados de Camões, que se fixaram em barracos no Morro da Favela, antigo Morro da Providência.

Proibido cuspir nos bondes

03/01 - Para que a cidade seja civilizada, o povo também precisa se civilizar. Por isso, Pereira Passos decretou uma série de novas leis que geometizam os hábitos dos cariocas. Por determinação do prefeito, fica proibido cuspir dentro dos bondes e todas as reparações públicas terão de ter es-

tampão não será mais possível circular vacas leiteiras nas ruas, vender loterias nos quiosques, mendigar e atirar poivão no Carnaval. A prefeitura também promete fazer a sua parte, instalando mictórios públicos em pontos estratégicos da cidade, para que a população não faça suas



Imagem 03: Jornal da época. 03/01/1903

Fonte: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=29067>

Acesso: 05/11/2013.

As políticas sanitárias começam ainda no início do século XIX, após o aparecimento da febre amarela no Rio de Janeiro. Em 14 de setembro de 1850 é criada pela lei nº 598, a Junta Central de Higiene Pública, que tinha o intuito

de unificar os serviços sanitários de todo o Império. Na presidência de Rodrigues Alves, e no caso do Rio de Janeiro, na prefeitura de Pereira Passos, As iniciativas ficaram por conta do médico Oswaldo Cruz que foi indicado para o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública. Segundo Carvalho (1987), a Diretoria Geral de Saúde Pública contava com os policiais para vencer a resistência dos moradores às investidas sanitárias. A invasão de suas casas para desinfecção, retirada de doentes e interdições aconteciam de forma muito violenta.

Essa posição tinha como objetivo evitar a propagação de doenças e o desencadeamento de epidemias que eram responsáveis por muitos óbitos principalmente junto a população pobre e, particularmente das crianças que eram acometidas por gripes, diarreias, sarampo dentre outras doenças que poderiam ser evitadas através de intervenções no cotidiano higiênicos das casas.

Para o conjunto dos óbitos, a taxa de natalidade verificada em 1902 foi de 33,3 nascimentos por mil habitantes; a taxa de natimortalidade foi de 55,4 por mil nascimentos. A mortalidade geral foi de 18,2 por mil habitantes, e a mortalidade infantil, 182,1 por mil nascidos-vivos (RISI; NOGUEIRA, s/i, p.121).

Para todo esse esforço de transformação da cidade, existiam motivos. A imigração européia era estimulada, o comércio com os estrangeiros se ampliava e a principal mercadoria para exportação, era o café que tinha uma grande demanda externa. Fatores colaboravam para aumentar as necessidades de transformação, melhoria e salubridade dos espaços de circulação, tanto das pessoas quanto de mercadorias, sobretudo no Rio de Janeiro, entrada principal do país.

Desde que se estabeleceu o predomínio das classes abastadas ligadas à produção do café, foram buscar padrões de atuação sanitária diferentes do período escravista. A organização sanitária só foi possibilitada em virtude da ameaça que, principalmente, a varíola, a peste e a febre amarela, nas áreas urbanas, representava para a força de trabalho imigrada e nacional e mesmo para as classes dominantes. A ação sanitária também quis criar condições

básicas de existência das cidades portuárias, num período a acumulação industrial.

Essa mobilização de recursos contra a epidemia da peste no Rio de Janeiro impulsionou igualmente mudanças nas iniciativas do poder central em relação à Saúde Pública. Tornou-se clara a necessidade de uma organização sanitária que fosse além das práticas esboçadas no plano municipal e estadual, e que tivesse a extrema capacidade de intervenção em nível nacional. A necessidade de estabelecer planos de saneamento para a cidade transpareceria nas primeiras discussões do Governo Provisório Republicano. Ainda em 1889, um mês após os republicanos assumirem o poder, foram tomadas providências relativas ao Serviço da Polícia Sanitária e adotadas medidas para impedir ou atenuar o desenvolvimento das epidemias em todo o território nacional. Algumas doenças foram consideradas de notificação compulsória, e a vacinação obrigatória contra a varíola instituída para crianças até 6 meses de idade (GALVÃO, s/i, p. 21).

Nesse sentido, pretenderam resolver o problema das doenças e a atuação da Diretoria Geral de Saúde Pública criada em 1897, mas regulamentada somente em 1901, que objetivava concentrar as decisões relacionadas ao combate das doenças de massa, que era a população que mais sofria com as epidemias.

A obrigatoriedade da vacinação contra a varíola, proposta por Oswaldo Cruz, aumentou a resistência da população às medidas instituídas. A “missão” da polícia era defender, vigiar, reprimir e controlar a massa pobre e incivilizada que deveria fornecer mão de obra abundante e barata. A “missão”, quase vital da população pobre, era então defender sua sobrevivência. Em 1904 através da Lei nº 1.261, de 31 de outubro torna a vacina contra a varíola obrigatória em todo o país. E em novembro do mesmo ano eclode a Revolta da Vacina, um dos mais famosos acontecimentos da época, que adquiriu grande magnitude, sobretudo pela ação de resistência da população pobre.

Outra doença que atingiu severamente a população brasileira no início do século XX, foi a tuberculose. Não existia tratamento específico e a mortalidade era elevada. As ações de combate à enfermidade eram desenvolvidas pela sociedade civil, sendo que cabe destacar o trabalho realizado pela Liga Brasileira contra a Tuberculose, criada em 1900 por médicos, de filantropos e juristas.

Os médicos brasileiros influenciados pelas idéias divulgadas em encontros e congressos Nacionais e Internacionais empenhavam-se na criação de ações para diminuir a proliferação da tuberculose em terras brasileiras. Com o intuito da regeneração social e salvação da população insalubre, os médicos organizaram iniciativas assistenciais para tentar parar o crescimento da doença.

Logo a organização da Liga Brasileira tinha como fim promover as noções de higiene, auxiliar os melhoramentos da cidade e com isso assentavam-se na necessidade de atuar basicamente em três frentes: na propaganda preventiva contra o contágio da tuberculose; na fundação de sanatórios para a cura da doença e na fundação de hospitais especiais para isolamento e tratamento dos tuberculosos mais graves.

Atuando em várias frentes, a Liga projetou uma rede assistencial que visava não somente combater a doença, mas também difundir meios de prevenir à população. Em conformidade com as iniciativas preventiva e regeneradora foram criados sanatórios, dispensários, assistência domiciliária, preventórios, bem como um conjunto de medidas de propaganda e “aconselhamento úteis” a população.

A preocupação em desenvolver instituições voltadas para prevenir a criança, filha de tuberculosos, se evidenciou a partir de fins da década de 1920, quando foram criados os primeiros Preventórios. Movidos pela preocupação em atuar sobre as condições inapropriadas em que se encontrava a infância pobre do Rio de Janeiro, a Liga formulou projeto de construção de instituições destinadas às crianças. Em consonância com o pensamento higienista e eugênico em circulação no meio científico brasileiro, a Liga adotou a ideia de que era preciso instituir medidas preventivas e protetoras às crianças, internando-as em instituições afastadas das famílias e do convívio social (CAMARA, 2013, p.02).

Tida como doença social, a tuberculose transmissível e contagiosa, era sempre ligada às condições de insalubridade, em especial às precárias condições de vida da população pobre. Como a tuberculose tem diversas formas de transmissão, as mais comuns eram por vias aéreas e pelo tubo digestivo, a enfermidade era de difícil controle.

As vítimas mais atingidas eram a população pobre, e era sobre elas que os médicos higienistas defendiam a ação intervencionista, de forma

individual e coletiva. Os cortiços foram o alvo “beneficiado” dessas ações, já que era o tipo de moradia vista como insalubre e onde acumulava grande parte da população pobre. Na ação da Liga Brasileira Contra a Tuberculose as crianças tiveram um papel central, assim como a corrente da época que julgava ser as crianças, o futuro da nação. Não poderia haver uma Pátria forte se não houvessem cidadãos fortes. E assim se ancorava o processo de medicalização da sociedade como estratégia de defesa nacional (CAMARA, 2013, p.05), solidificando a infância como o caminho dessa estratégia.

Capítulo II

Higienismo e educação da infância.

2.1 A infância, educar para progredir.

Quem percorrer as estalagens, as casas de cômodos – casarões humildes, sem ar, sem luz, quem se der ao incômodo de peregrinar pelas baiúcas da favela, da “Nova Portugal, pelo morro de Santo Antonio, pelas ruas mais humildes da Saúde, da Praia Formosa, de Catumbi, Rio Comprido, dos subúrbios da Central do Brasil e da Leopoldina, compreenderá melhor o pensamento dos que vêm crianças miseráveis, sem amparo, mirando-se na sordidez ou educando o espírito no vício que as rodeia, dia a dia sem o menor apreço das autoridades competentes.

[...] Mas os cenários dessa natureza multiplicam-se pela cidade inteira. É a pobreza. É a orfandade.

O obtuário, neste sentido é expressivo. De outro lado, a observação revela que a maioria dos criminosos desta cidade provém das baiúcas desses morros íngremes, onde não há escolas, polícia, higiene (JORNAL DO BRASIL apud Camara, 2010, p. 77).

As camadas populares chegam ao século XX assombradas pelas chagas que assolavam o Rio de Janeiro: mendicância, doenças, criminalidade, analfabetismo, vadiagem, alcoolismo, prostituição eram algumas delas. As idéias de modernidade e higiene que se pretendia instituir com a Primeira República não poderia ser abalada por essa cota da sociedade, e um dos objetivos da reforma urbanística, feita por Pereira Passos no início do século

XX, era de afastar a população pobre da área central da cidade, dando ares sofisticados e de melhor circulação e escoamento de produtos e matérias primas.

A situação das crianças e da infância era um caso à parte. Os periódicos da época noticiavam casos que aterrorizavam a cidade. A população infantil no Rio de Janeiro chega ao século XX totalmente desamparada, o cenário é de fome, prostituição, doenças e exploração de sua mão de obra barata causada pela “necessidade desenfreada” de se alcançar o progresso.

Diante deste quadro, a infância era lançada ao mundo da mendicância, delinqüência e vícios. Essas crianças, de diferentes idades, mas já em idade escolar, tomavam as ruas como seus espaços de vivência e trabalho, enquanto isso, os jornais mostravam a insatisfação popular com o abandono moral e material do Estado perante esses meninos, o descaso das famílias e a falta de instituições que pudessem atender a essa infância.

Logo se criou um movimento de salvação da infância, “em prol da infância de hoje e dos grandes de amanhã.” (CAMARA, 2010, p.78).

Ainda em 1910 os moradores da Travessa Onze, no centro, queixavam-se dos “meninos desocupados que proferiam palavrões a apredrejavam as pessoas. Maltadas de menores desocupados cometiam toda sorte de desatinos, ainda, no Bolevar 28 de Setembro em Vila Isabel. O mesmo acontecia no subúrbio de Irajá e nas ruas transversais à Av. Salvador de Sá no centro. Também nas ruas do Sanatório e Guanabara, e no Beco João Pereira na Glória, “vagabundos” reuniam-se para promover desordens e desrespeitar a moralidade das famílias. O mesmo acontecia no Bulevar São Cristóvão e nas ruas Barão de Iguatemi, Saldanha da Gama e, por fim, nas travessas Araújo e Soledade, no Engenho Velho.

Zona norte, zona sul e centro; por toda parte os subterrâneos transbordam à luz do sol. Conforme avançamos no tempo, contudo, a ênfase vai se deslocando dos “bandos de capoeiras” para as “maltas de menores desocupados”. O período das grandes reformas urbanísticas – além da atuação do Senhor Sampaio Ferraz – parece ser, também aqui, um divisor de águas (SILVA, 1988, p. 122).

O modelo de assistência que predominou nos primeiros anos do século XX, buscava se afastar do modelo caritativo visto de forma ruim e acusado de fomentar a miséria e a dependência do pobre. A influência da ciência passa a atender a demanda de disciplinarização republicana e passa a influenciar na

assistência privada. Essa assistência buscar adaptar o indivíduo ao meio social.

E é aí que a escola vira o espaço ideal para que elas saiam das ruas e comessem a ser instruídas. Não era mais possível que as criança ficassem nas ruas de boreste. A rua era o primeiro caminho para que ela tivesse contato com o crime ou ainda sujeita a mendicância. Para uma cidade que estava disposta a virar exemplo de civilidade, essas atitudes estavam fora de cogitação.

Intelectuais da época acreditavam que seria a escola o caminho para que a criança incorporasse hábitos de higiene, moral e civilidade. Desta forma, ela seria a grande divulgadora das normas e hábitos que eram necessários serem adquirido, primeiro em suas casas, e assim, contribuiria para o progresso de toda a sociedade.

O Estado passa a se preocupar com os vadios, a mendicância e, para isso institui iniciativas visando recolher as crianças que vagavam pelas ruas em meados do século XIX. Essas iniciativas, apontavam para os primeiros sinais de uma preocupação com uma sociedade formada de indivíduos úteis e supostamente adaptados à um novo modelo de governo.

As primeiras medidas efetivas dos poder público com relação à infância pobre surgiram na segunda metade do século XIX. No período colonial e em parte do período imperial o governo não teve muita preocupação com a população pobre. E, em meados do período Imperial e no começo da República isso começa a mudar. Essa preocupação ganha foco em torno da situação da infância, onde o Estado enxergava o poder de modificação, civilização e progresso. Consideravam ser necessário criar uma alma nacional, inexistente aos olhares da época, mas necessária para impulsionar as transformações econômico-sociais em curso.

Essa movimentação não partiu apenas do Estado, mas também de muitas iniciativas privadas que debatiam sobre a implantação de instituições públicas e particulares de educação, assistência, prevenção, e abrigo.

Vislumbrada pelos intelectuais como panacéia para o progresso e a civilização do país, a educação foi perspectiva como

fórmula mágica capaz de contribuir para a superação dos problemas sociais relacionados à infância pobre, delinqüente, abandonada, criminalizada e analfabeta. O crescimento industrial e urbano bem como a onda migratória que assolavam os centros urbanos, especialmente a Capital do país, foram apresentados como fatores preponderantes no agravamento desses problemas (CAMARA, 2010, p. 127 – 128).

Alguns debates resultaram na criação de instituições educativas, com modelos e finalidades diferentes. Escolas elementares, secundárias, superiores, profissionalizantes, agrícolas, de correção, assim como asilos e internatos - ou seja, instituições educativas em geral. Essas instituições se destacavam como instrumentos elevadores dos ideais civilizatórios do período, voltados para construção de uma nação e da formação do povo.

A preocupação com a educação popular, com objetivo de criar uma nação para a formação da cidadania, de nacionais e imigrantes, provocaria um debate sobre a competência ou não do governo de legislar sobre o ensino primário, pensando na organização de um Sistema Nacional de Educação.

Naquele momento o ideal era que se oferecesse uma base comum de conhecimentos em todo território nacional, em função da necessidade de se fomentar os sentimentos nacionais que instigassem o desenvolvimento da nação. Mas havia um entrave de ordem legal, já que naquela época os estados tinham grande autonomia do que se referia ao ensino primário.

A iniciativa privada entra como um braço para poder tapar buracos que o Estado não conseguia preencher. As instituições de caráter assistenciais às crianças pobres, ampliava o poder de alcance das escolas (CAMARA, 2010).

Segundo Kuhlmann Jr. (1998), o peso das concepções médico higienistas na sociedade, particularmente na assistência à criança, fez por encobrir, à primeira vista, a influência de outras concepções, pois, desde seu início, as creches e pré-escolas tiveram um caráter educacional. As mães burguesas aliavam-se aos médicos, visando ao atendimento dos filhos das trabalhadoras domésticas, as quais estariam a seus serviços. Portanto, era preciso um local para as mães trabalhadoras deixarem seus filhos, com o objetivo de não serem importunadas no trabalho. Havia, segundo o autor, um grande empenho entre as forças médico-higienista, jurista e religiosa em organizar uma sociedade moderna (SOUZA, 2007, p. 16).

Até meados da década de 1920 do século passado, a assistência à infância foi basicamente realizada por entidades particulares. A ausência de

proteção jurídica e alternativas de atendimento às crianças pobres era grande, os trabalhos voltados para a higiene infantil, médica e escolar, eram fundamentalmente promovidas por entidades particulares e grupos médicos na coordenação de trabalhos institucionais.

Antes da República haviam ações pontuais e importantes voltados a infância desvalida realizadas através de entidades religiosas como por exemplo a “Casa dos Expostos” mais conhecida como “Roda”.

Constata-se que as primeiras iniciativas foram resultantes de ações higienistas centradas no combate à mortalidade infantil, cujas causas eram atribuídas aos nascimentos ilegítimos (consequentes da união entre escravos ou destes com seus senhores) e também à falta de conhecimentos intelectuais das famílias para o cuidado com as crianças (ANDRADE, 2010, p. 07).

Quando chegamos no início do século XX, o Estado começa a atuar mais diretamente sobre a situação da infância, como agente fiscalizador e regulador dos serviços prestados pelas entidades filantrópicas e assistenciais. Uma instituição que funcionou nessa linha e que merece destaque, foi o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil criado em 1899 no Rio de Janeiro pelo médico Dr. Moncorvo Filho. Segundo Camara (2011), o Instituto agregava um conjunto de ações, que exemplifica bem a atuação focada na assistência a infância:

No período de funcionamento do Instituto de 1899 a 1939, o Dr. Moncorvo Filho colocou em prática um conjunto de procedimentos tendentes a difundir e preceituar os conhecimentos de higiene, de prevenção, de proteção e de cuidados com a criança. Compondo uma extensa rede estratégica de intervenção, o Instituto agregou esforços visando realizar estudos científicos, atendimento médico e hospitalar, filantropia, inspeção às fábricas e às escolas, regulamentação das amas de leites e parteiras, orientação de higiene e profilaxia às mães e divulgação científica por meio do seu periódico “Archivos de Assistência á Infância (CAMARA, 2011, p. 1).

O Instituto foi o precursor da assistência científica no país, mas que não cabe aqui aprofundamentos. O interesse é mostrar que a concepção de educação assistencialista aliada aos conceitos de higiene tinham como objetivo disciplinar os pobres, adotando bons hábitos causando a evolução da

sociedade moderna e para isso a escola higiênica teve papel fundamental na formação dos novos cidadãos.

2.2 A escola higiênica como ferramenta da civilização.

Abriu-se espaço para mundo elegante que anteriormente se limitava aos bairros chiques, como Botafogo, e se espremia na rua do Ouvidor. O *footing* passou a ser feito nos 33 metros de largura da Avenida Central, quando não se preferia um passeio de carro pela avenida Beira-Mar. No Rio reformado circulava o mundo belle-époque fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro. (CARVALHO, 1987, p. 40 – 41).

A Belle-Époque¹ se instaura a partir do modelo francês que inspirou a modernização da cidade. Assim era preciso que os hábitos e os costumes cariocas também se modernizassem. O ideal progressista tinha que ser plenamente aceito e divulgado à população urbana que circulava.

Vertigem e aceleração do tempo. Esta seria, sem dúvida, a sensação mais forte experimentada pelos homens e mulheres que viviam ou circulavam pelas ruas do Rio de Janeiro na virada do século XIX para o século XX. [...] Tudo parecia mudar em ritmo alucinante. A política e a vida cotidiana; as ideias e as práticas sociais; a vida dentro das casas e o que se via nas ruas (NEVES, 2011, p.15).

Dessa forma havia a necessidade de se apostar em instituições que tomassem para si a tarefa de civilizar a população, para que assim o Brasil de fato se tornasse moderno e que fizesse valer todo o esforço de remodelação, limpeza e regeneração do espaço urbano. Entra em ação prerrogativas que se agregam à educação das novas gerações. Os médicos, como intelectuais, delegaram a si a missão de higienizar a sociedade mais particularmente higienizar por meio da educação, fazendo da escola o lugar privilegiado de sua intervenção. Ao se apresentarem como promotores de uma possível ruptura com o passado colonial operaram um ideário de construção de uma “nova escola”: higienizadora, moderna e civilizada.

¹ A Belle-Époque Brasileira, também conhecida como a Belle-Époque Tropical, foi um período cultural, artístico e político no Brasil que começou nos fins do Império e se prolongou até os fins da Primeira República (1889-1930)

Esse período foi marcado por ideais republicanos apoiados nas idéias positivistas que priorizaram a educação como uma forma de fortalecer a unidade educacional e planejar a ação do trabalho livre. A educação foi considerada o instrumento para solucionar os problemas que as mudanças ocorridas trouxeram, pois se acreditava que as escolas poderiam difundir valores morais, costumes e posturas como determinantes para a época. Esses motivos justificaram do ponto de vista político e econômico a criação de uma Escola Pública que instrísse o indivíduo para a sociedade em mudança. A necessidade de instruir e educar o cidadão estava vinculada a formação de um indivíduo produtivo ao país, ou seja, a instrução era considerada uma forma de “civilizar o povo” de acordo com os modelos hegemônicos predominantes que refletissem no desenvolvimento do país.

A passagem do Império para a República traz consigo também a mudança política das formas de incorporação dos habitantes da cidade que deixam de ser súditos e escravos, para serem cidadãos. E para exercer de forma plena essa cidadania um dos passos mais importantes era o voto, mas o voto à época não era direito de todos. Analfabetos e mulheres não tinham o direito ao voto, e a maior parte da população era composta por analfabetos: “exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se esse direito” (CARVALHO, 1987, p. 45).

O sistema republicano não poderia se basear e crescer se a maioria da população fosse analfabeta, por logo eles perderiam o direito ao voto. Então esse fato alavanca a importância de se investir na educação, já que dar instrução à população em massa torna-se essencial para a garantia da nova forma de governo implantada, a República.

Sob o ponto de vista do interesse privado, sobretudo, nos discursos dos grandes proprietários de terras, pode-se dizer que, até fins do século XIX, a preocupação com a instrução do povo esteve estreitamente relacionada à transição do trabalho escravo para o trabalho livre.

Possibilitar que a transição para o trabalho livre ocorresse sem conseqüências fatais à nação, foi o teor dos debates que marcaram as décadas finais do século XIX entre os grandes latifundiários. O medo pela desordem econômico-social que a abolição causou na sociedade da época inteiramente alicerçada no trabalho escravo enriqueceu o debate no sentido de decidir entre realizar a libertação num só golpe ou de forma lenta e gradual.

Essa preocupação, aliada ao fato de que os grandes fluxos migratórios neste período, não tinham o Brasil como destino, parece ter sido decisiva para que a abolição lenta e gradual fosse admitida, descartando a possibilidade de uma abolição radical. Essa decisão colocava em foco a educação dos recém libertos e da população livre e pobre. Nesse sentido, a abolição lenta e gradual mostrava-se, aos homens da época, potencialmente educativa no sentido de preparar o cativo para a liberdade, auxiliada pela criação de escolas para treinar e disciplinar a mão-de-obra necessária, efetivando assim a transição sem causar uma grande crise.

Educar para a liberdade torna-se a questão central, pois significava, antes de tudo, evitar a ociosidade já que se acreditava que o escravo liberto tinha desprezo pelo trabalho. Diante disso, a educação passa a ser enfatizada como responsável pelo combate à ignorância e, sobretudo, pelo treinamento da mão-de-obra e disciplinarização para o trabalho.

As escolas chegam aos finais do século XIX com o rótulo de atrasadas, e precariedade, carregando consigo todo o significado da monarquia. Sob essa representação negativa, os republicanos se comprometem a reinventar a educação sob novos preceitos.

A escola republicana deveria ter características específicas, já que ela seria uma das ferramentas para o projeto civilizatório do país. O projeto pedagógico dessas escolas deveriam se articular com a instauração e manutenção da ordem, normas higiênicas com cuidado físico e moral e a veneração a símbolos como hino, bandeira e etc. O sonho republicano era difundir as luzes da instrução para todo o povo brasileiro, formando o cidadão cívica e moralmente, e assim favorecendo para a transformação da nação brasileira em uma nação à altura das mais progressivas civilizações. Este

princípio deveu-se ao fato da escola representar, o caminho da nação, por meio do qual os jovens caminhariam ao encontro do que melhor existia na modernização.

A medicalização da sociedade tornou-se estratégia de intervenção social utilizada pelos médicos para os projetos de transformação da cidade e do cidadão. O processo higienização-escolarização resultaria na civilidade contendo determinados padrões de comportamento, que levariam ao controle de pulsões, submetendo os indivíduos a intervenções modeladoras que, por meio de padrões, transitariam desde a repressão de hábitos não-higiênicos até diminuição das crendices populares.

Desde a segunda metade do século XIX, conceitos de higiene passaram a fazer parte do cotidiano escolar. A escola pretendia passar para as crianças e aos jovens a crença na ciência, esperando que eles fossem capazes de repassar essa crença para suas famílias, ainda imersas nos saberes e crenças tradicionais.

Capítulo III

Higiene e Educação nas teses médicas do século XX.

3.1 A Higiene escolar na visão do Dr. Joaquim Sergio de Barros

Na primeira década do século passado são inúmeros os trabalhos escritos acerca da higiene escolar e da infância. Teses, relatórios, conferências em torno dessa temática, sob a batuta de médicos, influenciados pela literatura européia. Esses médicos, voltaram-se para a realidade brasileira e para a falta de higiene. Para isso, começaram a tratá-la em teses apresentadas às Faculdades de Medicina a partir de meados do século XIX. É neste contexto que surgem as teses de doutoramento defendidas nas Faculdades de Medicina, tendo como tema a higiene escolar.

Diante disso, pretende-se neste trabalho analisar duas teses da Faculdade de Medicina*, onde pudemos ter acesso aos pensamentos daqueles que se empenhavam em pensar a higiene no âmbito da escola, de caráter

publico ou privado. Para esse fim escolhemos duas teses que tratavam de forma diferente a higiene escolar no período em que Francisco Pereira Passos, era prefeito da cidade do Rio de Janeiro, já que foi nesta época que ocorreram as maiores modificações físicas e sociais da cidade do Rio de Janeiro.

A primeira Tese a ser analisada é do Dr. Joaquim Sergio de Barros natural de Minas Gerais, mas se formou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Sua tese é intitulada "*Hygiene Escolar*", onde ele traz os aspectos que eram levados em conta para a saúde escolar como um todo, como o terreno o prédio escolar, os materiais que seriam utilizados, a mobília, mas também entrava em temas mais subjetivos como o papel do aluno e do professor e a importância da Inspeção Médica escolar.

A segunda Tese a ser explorada é Dr. Maria da Graça Fernandes intitulada "*Da educação sob ponto de vista da hygiene pedagógica*", onde ela faz um estudo mais amplo e aprofundado sobre a educação no geral, ela utiliza de inúmeros autores para alcançar seus objetivos na tese, onde ela discute desde a Grécia Antiga até a época que a Tese é datada de 1903, fazendo um histórico da educação na Europa e posteriormente no Brasil. Um tema que ela volta e meia vem a tocar da tese é sobre a educação das mulheres, o que nos é interessante, já que esta tese foi escolhida justamente por ela ser a única do gênero Feminino dentre a listagem que possuíamos no período da gestão de Pereira Passos.

À primeira vista a Tese do Dr. Joaquim Sergio de Barros parece uma tese muito técnica, falando de aspectos físicos e materiais como o terreno no qual a escola vai ser construída, a iluminação ideal para que os alunos não sofram com problemas de visão, a limpeza e as mobílias escolares ideais para o não comprometimento do corpo do aluno. A Tese é datada de 1903, e esse tipo de Tese mais técnica era comum na época, mas quando estudamos mais a fundo a Tese do Dr. Joaquim, vimos que esta se destaca porque mesmo nos capítulos que ele se destina a falar dos aspectos físicos, ele sempre toca em conceitos mais Subjetivos e além disso, o autor separa um parte do terceiro capítulo da Tese para tratar de métodos e processos de ensino,

Além do Prólogo, onde o autor fala sobre a importância da higiene escolar, a tese é dividida em mais quatro partes. No primeiro capítulo, o Dr. Joaquim Sergio de Barros trata da importância da construção do edifício escolar desde o terreno, localidade, ventilação, iluminação e etc... E é onde ele começa de fato a entrar nas concepções de higiene escolar.

Palpitante de interesse é, não há negal-o o assumpto que ora tentamos explanar.

A importância da hygiene escolar resulta da situação muito especial e muito inquietante que as exigencias da instrucção scientifica ou litteraria cream ás crianças a aos adolescentes. Comprehende-se a importancia das regras de hygiene durante a juventude para a saude individual, para a força e a belleza da especie.

Neste periodo da vida se desenvolvem simultaneamente as qualidades moraes, a intelligencia e as forças phisicas; e as infracções ás leis naturaes da hygiene deixam profundos sulcos no decurso da existencia. Eis porque as escolhas devem ser submettidas incessantemente, de um modo todo especial, á uma vigilância prenhe de sollicitude, mais ainda que todos os estabelecimentos onde os homens se reúnem para viver e trabalhar em commum (BARROS, 1903, p. 5).

É interessante perceber, que através do discurso inicial na tese do Dr. Joaquim Sergio de Barros, fica clara a importância que se dá para essa nova juventude higiênica, para a formação de uma Pátria Sã, através das exigências da ciência como o próprio fala.

Para refletirmos acerca das concepções higiênicas da época, com foco na escola, é essencial sabermos que conceitos o autor traz de infância, educação e etc. E o logo no início do prólogo, o autor deixa clara a sua visão de que a criança já não é vista como um mini adulto, como na Idade Média: “Procuramos fazer bem compreender que em educação não é necessário considerar a criança como um diminutivo do homem, o *homunculus*. Esta falsa concepção da natureza psychica da criança foi especialmente assinalada.” (BARROS, 1903, p. 6).

Como já comentamos antes, a infância começa a ser vista como o futuro para o progresso do país, e para isso ela deve ser cuidada e, especialmente, higienizada. e para isso era necessário mudar as concepções de infância assumidas. Essa visão, na Europa, muda ainda em meados do século XVIII,

mas no Brasil, em especial com as crianças pobres, só se dá de fato, na República.

Outro aspecto que o autor trata é sobre a mobília escolar, o material de ensino e os métodos e processos de ensino, o que é muito peculiar, já que em outras teses sobre higiene escolar da época, se restringiam em tratar somente de aspectos físicos da escola, e não refletiam tanto acerca dos materiais didáticos e a forma da qual os métodos pedagógicos deveriam ser aplicados. Em especial, no segundo capítulo da tese, o farmacêutico consegue deixar muito claro a visão de escola, professor e aluno que se quer para essa nova era republicana, ao citar a importância do método que irá se aplicar e o cuidado que o educador deverá ter ao aplicá-lo, deixa indícios que essa é uma nova educação.

O higienista tem o direito de dar sua opinião em todas as questões pedagógicas que dizem respeito ao trabalho intelectual da criança.

Certos educadores julgam erroneamente todas as inteligências semelhantes e impõem á todas as crianças da mesma idade os mesmo esforços. Ora tal dentre ellas comprehende sem fadiga a lição do mestre, resolve com facilidade os problemas os mais difficeis, faz prodigios de memória; tal outra, tem difficuldade em assimilar noções as mãos elementares. O grande defeito está portanto nesta uniformidade dos programas que muitas vezes opprime uma natureza delicada e causa irremediáveis desordens (BARROS, 1903, p.35).

Além da preocupação com processo de aprendizagem que cada aluno tem, o autor salienta a importância que o método tem nesse curso.

O methodo é o conjunto das regras e dos meios que se adoptam de uma maneira consciente e precisa para se realizar uma obra qualquer, para se attingir um fim. O methodo é necessário ao homem. Bacon o compara a um instrumento que serve ao espírito, como as ferramentas servem ás mãos. Sem elle, todas as obras humanas seriam feitas instinctivamente e não seriam tampouco susceptíveis de aperfeiçoamento. O professor é assaz delicada para que seja empregada sem se saber para onde se vai, e que caminho é necessário trilhar. O methodo, diz Drouard, se appoia sobre a inducção e a deducção, sobre a analyse e a synthese. Quando se sobe do particular para o geral, faz-se a inducção, quando se passa das leis geraes ás verdades que d'ellas decorrem, faz-se deducção. Um todo sendo dado, si procurarmos os differentes elementos, faz-se a analyse; si com esses elementos reconstitue-se o todo, faz-se a synthese. Dá-se algumas vezes o nome de methodo á maneira, ao modo de ensinar e aos processos que se empregam, isso impropriamente porque lança um pouco de confusão no espírito.

O methodo é o caminho que o alumno tem de trilhar; o processo o meio de trilhar-o com maior facilidade e aproveitamento e

são vários os processos: a palavra, a intuição, o livro, a imagem, a interrogação, etc. (BARROS, 1903, p. 37).

Fica claro que o autor tem, para além das questões técnicas como observar os aspectos relacionados à higiene do espaço, dos sujeitos e do ambiente escolar o autor se detém a falar sobre o aluno, mais especificamente de sua saúde física e intelectual. O foco no aluno, neste momento, mostra como a criança é a base da formação dessa nova nação civilizada.

A pobreza sempre foi vista como um aspecto de repulsa social, e para lidar com isso os higienistas estabelecem regras, normas de conduta e moral e dos hábitos higiênicos a serem seguidos pela sociedade em geral (CAMARA, 2011), em especial a massa pobre. A partir desse pensamento é possível perceber que a higiene se une a outro pensamento em voga na época que é a eugenia. Nessa direção defende Marques (1994) que a ideia da eugenia também vai estar presente na base da educação que está sendo desenvolvida no país.

Para a limpeza da cabeça, é necessário ser inexorável. O couro cabeludo só pode se achar limpo si for lavado de tempos a tempos. O pente não basta sempre. Insistirá pelo azeite principalmente junto às crianças pobres. A pobreza suja, imunda é ignóbil e repugnante. Pelo contrário a pobreza limpa inspira a sympathy e o respeito (BARROS, 1903, p. 41).

Neste trecho fica clara a importância da higiene no âmbito escolar e social, e a eugenia se apresenta como uma ferramenta aliada a higiene, que dará conta do problema da pobreza, já que não há problemas que a criança seja pobre, desde que ela tenha higiene, e essa higiene estará sendo alcançada dentro da escola.

Outro ponto que é atrelada a saúde da criança e que o autor explora é a questão da nutrição. As crianças, principalmente as pobres, além de viverem em ambientes insalubres não tinham muitas das vezes a alimentação adequada. O autor ressalta que a alimentação das crianças deveria ser muito bem balanceada, composta por legumes, farinhas, carnes bem cozidas e a uma peculiaridade foi a presença do vinho, mesmo que de forma moderada.

O vinho será tomado com uma grande moderação; não é indispensável e pode mesmo ser nocivo pela sua má qualidade. << o

Dr. Dally, em um bom trabalho sobre a hygiene escolar dá úteis indicações. Diz que a digestão se opera bem em todas as condições salvo durante o trabalho mental ou o exercicio forçado (BARROS, 1903, p. 44).

A partir deste trecho o Dr. Joaquim Sergio de Barros, começa uma discussão acerca de um tema que muito foi discutido pelos higienistas da época, o alcoolismo infantil e da influência do alcoolismo dos pais sobre as crianças. A idéia da existência de uma predisposição ao alcoolismo defendida por muitos médicos era fortemente influenciada pelas teorias científicas baseadas nos preceitos da hereditariedade e degenerescência, era onde a República deveria intervir para regenerar essa população.

Nessa perspectiva a escola entra como um braço do Estado, na intervenção nas casas, atuando na educação dos filhos, e quem sabe na regeneração dos pais. Uma das atitudes a serem tomadas era deixar a vista dos alunos, dentro das salas de aula, quadros que mostravam a ação destruidora do álcool.

Essa temática foi tão discutida no início do século passado que anos após a publicação desta tese, a convite da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1927, o médico Dr. Moncorvo Filho, que já tinha um largo trabalho acerca da infância pobre, fez uma conferência sobre o dado assunto. Na conferencia “O Alcoolismo Infantil”, o médico fala sobre seu trabalho contra o alcoolismo juntamente às famílias abordando as conseqüências desta prática para a sociedade em geral.

Mais vale prevenir que remediar, attendendo á esse rifão, não posso deixar de tratar aqui do alcoolismo, assumpto este que á muita gente há de parecer descabido em o nosso trabalho, por isso que se trata de um habito vicioso que parece ser exclusivo aos adultos. Mesmo que encarasse nesse trabalho só a escola primaria, não estaria isento de tocar nesse assumpto: - vemos de um lado os Paes darem á esse respeito péssimo exemplo aos filhos e os associarem mesmo á seus excessos; doutro lado, os higienistas e educadores os mais devotados á infancia se esforçam por inculcar á criança, desde a escola, repugnancia pelo veneno álcool (BARROS, 1903, p. 45).



Imagem 4: Cartazes contra o consumo de álcool. Fonte: “Alcoolismo Infantil” Filho, Moncorvo Arthur. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti, 1928. Acervo do NIPHEI

No último e quarto capítulo da tese, o autor vem tratar de um assunto que exemplifica muito bem a influência da medicina nas escolas, a Inspeção Médica Escolar. Desde a metade do século XIX os médicos passam a definir regras para a organização e funcionamento da educação escolar, logo, a figura do médico inspetor escolar vai ter seu papel definido: este deve atentar para a prevenção e controle de doenças e “perversões” nos alunos, através da verificação das condições higiênicas das escolas pela avaliação dos seus aspectos estruturais e funcionais e das condições físicas dos alunos.

“A saúde, o futuro das crianças lhe são confiados. Quantas misérias quantas molestias esta salutar organização pôde prevenir, quantas existencias pôde salvar.” É indispensavel essa medida é a única garantia da saude dos alumnos contra a ignorancia sanitaria da administração escolar e é o unico meio de prevenir pela salvaguarda da saúde da mocidade das escolas, a degeneração de toda a nação (BARROS, 1903, p. 72).

Neste capítulo o Dr. Joaquim Sergio de Barros destaca pontos fundamentais da Inspeção, como por exemplo, a qualificação deste médico inspetor escolar, que deve ser formado através do estudo de diversos saberes, dentre eles a organização do trabalho pedagógico.

Há de possuir, diz o Dr. Janssens, antes de mais nada um sentimento mui desenvolvido do dever, uma sympathia natural para com a infância e conhecimentos technicos mui variados afora as noções indispensaveis de hygiene e pathologia quer geral quer especial (BARROS, 1903, p.72).

No Rio de Janeiro vale destacar a iniciativa que ocorreu em 1909 pelo médico e higienista Dr. Moncorvo Filho, que propôs ao Prefeito Inocêncio Serzedello Corrêa, a criação do Serviço de Inspeção Sanitária Escolar para o Distrito Federal. Este serviço tinha como objetivo aumentar o campo de atuação da medicina sobre a infância, disseminando preceitos higiênicos necessários a um público mais amplo. Com isso, pretendia-se atuar sobre as escolas e os alunos, fornecendo orientações aos médicos quanto às práticas a serem realizadas na própria escola.

3.2 *Da educação sob o ponto de vista da hygiene pedagógica da Dr. Maria da Gloria Fernandes.*

Esta tese faz um estudo mais amplo e aprofundado sobre a educação no geral. A autora fala de assuntos relacionados a educação e das concepções filosóficas da hygiene pedagógica. Assim como o Dr. Joaquim Sergio de Barros fez na outra tese, Dr. Maria da Gloria traz o que ela entende por educação:

A educação é, como se sabe, o objeto directo ou a applicação pratica da Pedagogia; deve ser um processo de evolução natural do individuo para a perfectibilidade, debaixo do ponto de vista physico, moral e intellectual [...]. A educação não forma uma natureza nova, differente ou diversa da que traz o indiviuo ao mundo, e, por isso mesmo, tem de adaptar-se no substracto orgânico, que se propõe aperfeiçoar (FERNANDES, 1903, p. 04).

Através do conceito de educação que a autora acredita, podemos perceber que há algo de muito moderno na educação que se quer implementar, os alunos deixam de ser somente receptores de instrução para serem o centro da educação, vai ser a partir dele que a educação será pensada.

E pensando isso, a autora deixa claro que a educação é diferente da instrução, a educação deve provocar espontaneamente o desenvolvimento livre das faculdades mentais, ao passo que a instrução apenas irá servir para aumentar a inteligência.

Assim também não se deve confundir educação com instrução; seria o mesmo que tomar a parte pelo todo. A educação promove a cultura harmônica, o aperfeiçoamento das faculdades Moraes, intellectuaes e physicas; Ella as desenvolve no mesmo gráo,

proporcionalmente e em equilíbrio, para que se viva a vida completa, na phrase de Spencer.

É a educação esta nova alavanca de Archimedes, que desloca e move o mundo moral; ao passo que a instrução enriquece apenas a intelligencia (FERNANDES, 1903, p. 08).

É interessante destacar que a Dr. Maria da Gloria durante toda a tese se utiliza de muitos autores e intelectuais para desenvolver suas reflexões, e quando ela nos mostra o conceito de higiene, ela faz uso deste recurso.

É bem sabido que a Hygiene tem por objecto o homem e suas relações com os agentes que o cercam, que ella estuda as dependencias mutuas e dicta as leis para a conservação da saúde e desenvolvimento perfeito do organismo, em todas as suas manifestações. Arnould define hygiene, a sciencia das relações sanitárias do homem como mundo exterior e dos meios de fazer para contribuir estas relações para a viabilidade e aperfeiçoamento do individuo e da equipe (FERNANDES. 1903, p.10)

Assim, após a autora nos trazer os conceitos básicos der sua tese, de educação e higiene, ela começa a mostrar as implicações da higiene no âmbito escolar e como ela pode auxiliar no cotidiano do desenvolvimento de funções dentro da escola.

Quando se occupa do homem como ser pensante, a hygiene soccorre-se das sciencias psychologicas que estudam as funções animicas e sem as quaes não poderia conhecer as leis de evolução das faculdades, de seu desenvolvimento progressivo e completo aperfeiçoamento.

Só assim, pois, de posse dos principios subministrados pela hygiene e sciencias correlactas se poderá dar conselhos seguros e aproveitaveis para o cultivo das faculdades d'alma e do corpo, objecto da educação completo das crenças e do homem em geral (FERNANDES, 1903. p.11).

O nome da obra deixa claro que a autora parte de um ponto bem específico, que é a educação e a higiene pedagógica que se encarregará da saúde mental e física do aluno. Logo essa visão parte de um lugar que é a escola, durante a tese, ela deixa isso claro quando fala da Higiene nas escolas, onde os atores serão o aluno o professor e a família.

“Para educar, pois o melhor para instruir é preciso actuar sobre o espírito da creança, conforme certos principios scientificos bem estabelecidos, sem os quaes preparam-se aleijões, idiotas ou imbecis; mas nunca typos perfeitos e completos.

Estas noções devem penetrar bem fundo no espirito dos educadores e educadoras, tanto na família como nas escolas, onde

se faz sentir a influencia da primeira educaçãõ, que decide do futuro das creaanças.

A hygiene das escolas, considerada sob ponto de vista geral, diz o Sr. Alexandre Layet (2), comprehende de uma parte a hygiene physica ou a dos alumnos em relaçaõ ao meio escolar propriamente dito, e de outra parte a hygiene pedagógica, a qual estuda os educandos sob os diferentes sistema de educaçãõ.

A hygiene pedagogica occupa-se com a saúde mental, a hygiene escolar propriamente dita, com a saúde physica ou corpórea (FERNANDES, 1903, p. 13).

Em seguida a autora traz um histórico da pedagogia moderna, desde a Grécia Antiga, passando pelo Renascimento na Europa até chegar de fato ao Brasil, com os colégios dos Jesuítas e os cursos de Teologia, a chegada da Família Real, E os primeiros passos para a instrução pública, que é onde nos volta a interessar de fato.

A autora destaca que é por volta dos anos de 1830 que a instrução publica no Brasil tem grande impulso, no momento em que se instaura o Período Regencial:

Realmente nosso pacto fundamental garantia Art. 179 § 32 a gratuidade do ensino e logo, 1827, Pedro I fazia publicar a *primeira* lei que regia a instrucção publica, por acto de 18 de Outubro o qual trazia a assignatura do Visconde de S. Leopoldo, então Ministro de Imperio. Esta lei criava o ensino primário para ambos os sexos nas cidades, villas e logares mais populosos, fixava o ordenado dos professores e professoras e instituiu o ensino mutuo. Os professores seriam providos por concursos, e os castigos applicados as creanças segundo o methodo de Lancaster.

Nestas escolas primarias ensinavam a ler, a escrever as quatro operações arithimeticas, a pratica de quebrados decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica a grammatica da língua nacional, os princípios de moral christian e a doutrina da religião Catholica Apostolica Romana, preferindo-se para a leitura a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil (Felisberto de Carvalho) (FERNANDES, 1903, p. 38).

Após isso, Dr. Maria da Gloria vai fazendo um grande panorama da situação da educaçãõ e instrucção publica instaurada no Brasil e suas mais importantes reformas, mostrando o gradual melhoramento da educaçãõ, mas ao fim pontua que ainda não era o bastante o país precisa melhor e muito ainda.

No próximo capítulo o destaque se dá para a família, ela deixa claro que o Estado é essencial na formação mas que a educaçãõ deve se desenvolver primeiro partido da família

É função de que se devem encarregar a educação diz Spencer, o preparar-nos para uma vida perfeita.
Para que seja completa, cumpre que se realice com a cooperação da família e do Estado para o mesmo fim.
E, como chronologicamente a constituição da familia precedeu a do Estado, é tambem n'ella, que ha de iniciar-se a educação (FERNANDES, 1903, p.51).

A partir daí, ao entrar na família, há um espaço e em especial para a mulher/mãe. Apesar da autora trazer o óbvio, como o papel da mulher na educação caseira das crianças, é interessante que ela já traz claramente opiniões e reflexões de que a mulher pode sim ter outros papéis para além de ser mãe ou dona de casa e de sua autoridade, que por vezes, transborda a do pai.

A família é domínio da mulher, seu reino onde exerce auctoridade sem limite (Smiles). Aqui influe ella mais de que a do pai nas acções de seus filhos.
Os filhos pertencem as mãis até 5 annos, se ellas os amamentou, escreve Saint-Juest e à a Republica até a morte (FERNANDES, 1903, p.53).

Neste capítulo a autora reserva grande parte dele para tratar do papel da mulher, na educação na criança e principalmente da educação da própria mulher. Ela toca em pontos como a igualdade entre os sexos e de como a inferioridade da mulher foi construída através da “ignorância científica”. Apesar de ser um assunto de grande relevância para a educação como um todo, esse não é o ponto central que tratamos neste trabalho, então partiremos para o próximo para o próximo e último capítulo da tese, que trata da educação na escola.

Quando se pensa que é na organização das escolas, eu reside o segredo da prosperidade dos povos, e se reflecte no que, entre nós, se há feito neste sentido, não se póde deixar de acreditar, que ainda está muito longe, muito remoto o futuro grandioso de nossa Pátria.
Sim! As escolas; é nellas que depende o progresso ou adiamento de todas as nações (FERNANDES, 1903, p. 97).

O terceiro capítulo começa com essa passagem acima, fica evidente a aposta que a autora faz na escola, e isso é reflexo do pensamento em voga,

que seria a escola a salvadora da Pátria. Outra questão é que a Dr. Maria da Gloria não faz “vista grossa” a situação educacional do país, e que nele se deve investir para o progresso do país.

Naquele momento o Brasil estava em desvantagem se comparado aos países da Europa, no aspecto educação e instrução, como a própria autora diz: “Quando entre nós, que não andamos em marcha vertiginosa...” (FERNANDES, p.98)

Segundo a autora, a educação básica naquele momento estava encaminhando os jovens basicamente para a atuação como funcionário público ou para as forças armadas, o que pra ela, era um desperdício para todo o país.

Em um paiz novo, rico, em que está todo por explorar e desenvolver, limitar as aspirações da mocidade á escravização do Estado, é organizar a sociedade com elementos pouco favoraveis e propicios ao seu adiantamento, é retardar e perturbar a marcha de seu progresso. (FERNANDES, 1903, p. 99).

Dr. Maria da Gloria faz severas críticas aos moldes diplomáticos e teóricos da época, no momento a maioria dos jovens via a escola e os exames para as faculdades como forma de alcançarem seus cargos burocráticos de uma forma muito superficial, tendo a falsa noção que tinham adquirido conhecimento.

Organisar o que já temos de um modo melhor, diga se mesmo de maneira idéal, poderá dar como resultado, quando muito, o termo bachareis menos palradores e mais sabidos, medicos menos theoricos e mais práticos, grandes engenheiros, melhores jurisconsultos, professores emeritos, calcados nos novos moldes allemans... (FERNANDES, 1903, p. 100 – 101).

E apara alcançar esse ideal de profissionais menos burocráticos e mais atuantes e de indivíduos úteis e supostamente adaptados à um novo modelo de governo, é necessário que se invista na escola.

Pensamos que a organização das escolas só tratá benefícios evidentes a nós, brasileiros, quando puder attrahir esta mocidade esperançosa ás profissões independentes. Áquellas que tornam os homens capazes de contar com suas próprias forças, que fazem indivíduos aptos a desbravarem o caminho da vida, apoiados e confiantes em suas energias, na força de vontade, na consciencia de seu valor e merecimentos próprio (FERNANDES, 1903, p. 101).

A autora permanece afirmando que esses novos jovens, não devem caminhar para a instrução superior, que sob ponto de vista nacional não seria o mais interessante. Que a educação dos brasileiros, diferentes dos exemplos europeus que se implementaram aqui, devem ser focado no indivíduo, para que ele menos possa depender do Estado.

Dr. Maria da Gloria, não vê que o nosso país tenha um Estado social solidificado, e que as escolas primárias voltadas para as classes populares são muito teóricas e que são organizadas para o interesse da população burguesa, então ela começa a trazer exemplos da França em que, terminada a época de escolaridade, elas continuam sendo beneficiadas pela assistência privada. Ela dá o exemplo das *Bibliotecas escolares*, que emprestavam gratuitamente os livros para os alunos pobres e qual era intenção nessa ação.

Toda obra post escolar tem como fim principal, não deixar que a criança se perca no meio perigoso e corruptor das grandes cidades; foi esta justamente a idéia, que deu origem ás inumeras *associações e patronatos* escolares (FERNANDES, 1903, p. 108).

Em seguida a autora começa a falar da necessidade de se reconhecer e aplicar na Assistência Pública, principalmente aquelas que se dedicam a proteção da infância pobre.

Demais disto, a philanthropia ou beneficência particular nesta cidade já não é pequena, pelo contrario, tem uma vasta extensão, apesar de pouco notada e quase desconhecida.

Vê-se assim, que a infância é, entre nós, antes descurada que desamparada.

Fossem bem aproveitados todos esses esforços e tamanha fortuna, empregada em pról da infância, que outros seriam os resultados econômicos e sociaes, que já teríamos attingido (FERNANDES, 1903, p. 108).

Dr. Maria da Gloria afirma que é necessário que se organize para saber o que existe de assistência pública oficial e privada, idéia que anos depois o Dr. Ataulpho de Paiva realiza, para que assim fica mais fácil a organização de novas entidades, e para fim de fiscalização também. Ela ainda diz que no geral, quase todas as pessoas ignoram a existência dessas instituições e que os periódicos da época também não se interessavam em publicizar.

A partir disso, a autora começa a elencar uma sucessão de instituições filantrópicas da época. Vale comentar que ela dá certo destaque ao Instituto de Proteção e Assistência a Infância fundada pelo Dr. Moncorvo Filho.

E para finalizar o capítulo antes de fazer um breve resumo do que se foi passado na tese a autora arremata dizendo:

Escrevendo sobre educação na escola, assumpto deste capitulo, visamos mais de perto o que mais interessa o nosso meio brasileiro que, não ha negal-o está a pedir muitas modificações no ensino, conforme a nova orientação das escolas populares (FERNANDES, 1903, p. 124).

A autora ainda continua a tese, comentando sobre a fadiga intelectual, mas não é algo que nos cabe aqui refletir e encerra a tese com o prólogo que era de praxe ter.

Considerações Finais

Com este trabalho iniciamos uma reflexão acerca de como a partir dos conhecimentos médicos elaborados pelos médicos, em especial pelos doutores Joaquim de Barros e Maria da Gloria Fernandes, elaborados em suas teses apresentadas na Faculdade de Medicina o pensamento higienista pretendeu intervir nas práticas educativas do Rio de Janeiro, impulsionado pela necessidade de alcançar uma nova nação, uma nação civilizada e higiênica.

Para tal, lançamos mão das concepções de higiene e de educação, que puderam dar mais clareza de como era de fato essa intervenção no ambiente das escolas e pulverizada para a sociedade. Com tal empreendimento, foi possível perceber que as ações higienistas faziam parte de uma série de discussões científicas que percebiam que a infância seria o caminho para ampla divulgação e vulgarização das ações científica e do saber médico logo elegeram a escola como *lócus* onde as experiências advindas dos estudos, pudessem ser divulgadas através dos alunos.

Desta forma o ensino da higiene nas escolas se tornaria muito mais produtivo, pois criaria hábitos, multiplicaria práticas higiênicas, chegaria às famílias dos alunos e em diante para a sociedade. A escola foi considerada o instrumento para solucionar os problemas que as mudanças ocorridas na mudança de Monarquia para a República trouxeram, pois se acreditava que as escolas poderiam difundir valores morais, costumes e posturas determinantes para a época. Esses motivos justificaram do ponto de vista político e econômico a criação de uma Escola Pública que instrísse o indivíduo para a sociedade em mudança.

Logo fica claro que a medicalização da sociedade tornou-se estratégia de intervenção social utilizada pelo Estado a transformação da cidade e do cidadão simultaneamente. O processo higienização-escolarização resultaria na civilidade contendo determinados padrões de comportamento não mais aceitáveis para a Pátria que se pretendia construir.

Referência bibliográfica

ANDRADE, LBP. *Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais [online]*. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso: 17/12/2013.

BARROS, Joaquim Sergio. *Higiene Escolar*. Rio de Janeiro: TYP Bernard Frebes, 1903.

BENCHIMOL, Jaime. *Reforma urbana e revolta da vacina na cidade do Rio de Janeiro*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CAMARA, Sônia. *Sob a guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Editora Quartet, 2010.

_____. Por uma cruzada regeneradora da infância: o Preventório Rainha Dona Amélia e a educação higiênica na década de 1920. In *Anais do Congresso Luso Brasileiro de História da Educação*. Portugal, Lisboa, 2012.

_____. *A arte de cultivar crianças: higiene escolar e educação da infância no Rio de Janeiro de 1909 a 1933*. Rio de Janeiro, 2011. Projeto de Pesquisa/FAPERJ. Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 2004.

DAMAZIO, Sylvia. *Retrato Social do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.

FINKELMAN, J., org. *Caminhos da saúde no Brasil [online]*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. 328 p. ISBN 85-7541-017-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso: 17/12/2013.

GALVÃO, Marcio Antônio Moreira. *Origem das políticas de saúde pública no Brasil: do Brasil - colônia a 1930*. Minas Gerais:

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico*. Campinas: Ed. Unicamp, 1994.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Em busca do progresso (Pereira Passos e as Posturas Municipais)*. Rio de Janeiro, 1902-1906, 2002

NEVES, Margarida de Souza. *Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano – o tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PONTE, Carlos Fidélis & FALLEIROS, Ialê, org. *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história*. Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Souza, Maria Cecília Braz Ribeiro de. *A concepção de criança para o Enfoque Histórico-Cultural*. São Paulo. UNESP, 2007.